

Pesquisa de Opinião sobre Assédio Sexual Aplicada em Mulheres e Homens de Porto Alegre¹

Priscila Dias FENNER²
Ariadne Dias OLIVERA³
Daniela Lima GOMES⁴
Mônica Pieniz⁵

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo principal identificar a opinião de homens e mulheres da região de Porto Alegre sobre as diferentes formas e situações de assédio sexual, tema o qual vem ganhando força nos últimos anos pela repercussão na mídia e nos grupos de conversa. É comum ouvirmos histórias de pessoas que sofreram algum tipo de assédio e não reagiram por sentirem vergonha, medo ou por acreditarem ser brincadeira. Assim, surgiu a ideia de realizar uma pesquisa para que pudessemos compreender melhor esse problema social. Identificamos a pesquisa quantitativa como o método mais eficaz para a realização de uma pesquisa de opinião e que contemplasse nossas expectativas. Foram aplicados 248 questionários no total, que evidenciaram, em suas análises, que a problemática acerca do assédio sexual ainda é muito presente em nossa sociedade.

PALAVRAS-CHAVE: assédio sexual; opinião; realidade; Porto Alegre.

1 INTRODUÇÃO

Apesar de a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 garantir a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no país inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, são ainda comuns os relatos de situações constrangedoras que ocorrem em diversos espaços públicos e até mesmo no ambiente de trabalho. O assédio sexual de nível físico, psicológico e de qualquer outra natureza, ultrapassa limites da intimidade pessoal, representando um grave desrespeito ao ser humano.

¹ Trabalho submetido ao XXII Prêmio Expocom 2015, na Categoria Relações Públicas, modalidade RP 02 Pesquisa em Relações Públicas (avulso).

² Aluno líder do grupo e estudante do 5º. Semestre do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas, email: priscila.fenner@ufrgs.br.

³ Estudante do 5º. Semestre do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas, email: ariadnediasoliveira_@hotmail.com.

⁴ Estudante do 5º. Semestre do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas, email: daniela.gomes@ufrgs.br.

⁵ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas, email: monica.pieniz@ufrgs.br.

Por essa razão, tivemos a ideia de pesquisar sobre esse tema bastante polêmico, com o intuito de fazer um levantamento quanto à opinião de homens e mulheres da região de Porto Alegre sobre as diferentes formas e situações de assédio sexual a fim de entender melhor o que pensam sobre o tema, sob diferentes vieses destacados ao longo deste artigo.

No ambiente interno de uma organização, por exemplo, o equívoco de ultrapassar a intimidade de um colega de trabalho sem ter sido autorizado é comum e muitas vezes não intencionado. A questão de assédio dentro de uma hierarquia também deve ser tratada com muita atenção, pois, além de ultrapassar limites, é um abuso de autoridade que agride a integridade do funcionário e fere a igualdade do mesmo, sendo este um direito básico humano. Por exemplo, na atuação da Comunicação Organizacional de um Relações Públicas, torna-se essencial pensar nestas questões. Essa temática interfere na comunicação interna e também no clima organizacional, desse modo, precisa ser pauta de atenção dos profissionais da área.

2 OBJETIVO

A presente pesquisa teve como objetivo geral identificar a opinião de homens e mulheres da região de Porto Alegre sobre diferentes formas e situações de assédio sexual. Para tal fim, também buscaram-se como objetivos específicos: a) identificar o que as pessoas entendem por assédio sexual; b) verificar a ocorrência de assédio sexual por parte dos diferentes gêneros; c) averiguar as reações mais comuns às situações de assédio; d) constatar quais reações são vistas como mais adequadas pelos entrevistados; e) detectar em quais ambientes mais ocorrem situações de assédio.

3 JUSTIFICATIVA

Apesar da crescente frequência de discussões acerca dos gêneros, podemos perceber que o assédio sexual é uma prática ainda presente em nossa realidade. Porém, nenhum ser humano deve ser submetido à tortura ou tratamento degradante. Somente criando espaço para reflexão e debate do estado atual, poderemos garantir um futuro de igualdade.

Considerado crime pelo artigo 216-A da Lei nº 10.224 (BRASIL, 2001), o assédio sexual no ambiente de trabalho é um problema bastante discutido fora do país, onde as legislações costumam ser mais duras e casos de autoridades e políticos famosos

movimentam a mídia. Aqui, entretanto, é a vítima quem deve provar que foi assediada. Mas isso não quer dizer que o problema não afete trabalhadores brasileiros.

Costa (2010) identificou que mais de 36,5% das mulheres já sofreram assédio e quase 58% conhecem vítimas de tais ocorrências. Destas, 76% foram assediadas moralmente e 34% sexualmente. Do universo pesquisado, 51% desconhecem a legislação que regulamenta e pune os praticantes de assédio e, apesar de 67% ficarem revoltadas com tal prática, apenas 4,3% denunciam seus agressores, fazendo com que traumas psicológicos sejam as principais consequências do assédio para 55% das mulheres pesquisadas.

Outra pesquisa sobre o tema, realizada pelo Sindicato dos Bancários de Pernambuco (CONTRAF, 2006), mostra a disparidade ainda existente nas questões de gênero e raça em ambientes de trabalho mais tradicionais, como o caso dos bancos. No setor bancário, segundo a pesquisa, as mulheres ainda ocupam poucos cargos, o que acaba gerando não só um preconceito por parte dos funcionários do sexo masculino como também uma maior exposição a situações constrangedoras e ocorrências de assédio sexual. Dos 2140 bancários que responderam à questão sobre ter sido assediado sexualmente, 3,87% responderam afirmativamente à pergunta. A maior parte foi vítima de palavras obscenas ou degradantes (52,63%), ou ainda de proximidade e propostas verbais (36,84%). Foram relatados ainda outros tipos de agressões, tais como convites insistentes, pressão psicológica e outros. De acordo com o esperado, considerando-se a amostra como um todo, foram encontradas diferenças significativas de relatos de ocorrência de assédio sexual entre os sexos. O grupo feminino relata 67,35% de ocorrências, enquanto o masculino relata apenas 32,65%. É interessante notar também que quem é assediado sexualmente no trabalho tende a relatar problemas de saúde mais frequentes do que os que não são.

Embora já existam campanhas para desconstruir essa problemática, as pesquisas anteriores salientam a força que esse aspecto complicado e inaceitável ainda possui nos ambientes de trabalho, prejudicando não só o ambiente de produtividade, como também na comunicação interna, impossibilitando que os profissionais exerçam um bom trabalho. Nós, enquanto futuras profissionais de Relações Públicas, devemos trabalhar na desconstrução desses fatores que coagem o bom relacionamento entre os colaboradores e até na nossa profissão, a qual é exercida geralmente por mulheres e é pouco valorizada no mercado.

No ano de 2014, após publicação errônea dos resultados da pesquisa do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre tolerância social à violência contra as mulheres, o tema ganhou grande enfoque na mídia. A errata, com um pouco mais de uma

semana de atraso, não diminuiu a polêmica gerada pelo assunto. Diante da publicação inicial de 65% de concordância parcial ou total dos entrevistados com a frase “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”, a jornalista Nana Queiroz criou o movimento “Não mereço ser estuprada” e recebeu ameaças de estupro e violência pelas redes sociais. Apesar da correção do número para 26%, Nana não deixou de receber centenas de intimidações e as denunciou para a Delegacia da Mulher. Como afirma o diretor de Estudos e Políticas do Estado, Instituições e da Democracia do IPEA, Daniel Cerqueira, “As pesquisas mostram a enorme tolerância da sociedade com a violência de gênero e o estupro”. (PICHONELLI, 2014)

Montero (2014) afirma que em São Paulo, o “Rolezinho Contra as Encoxadas”, foi um dos movimentos organizados que mais chamou atenção, pois foi uma maneira de denunciar os assédios que ocorrem em trens/metrô/ônibus, sem o uso da violência. Para a realização, foram distribuídos milhares de apitos nas estações, onde, a partir do barulho efetuado pelo brinquedo, o alerta é feito aos passageiros que também podem usar seus apitos para chamar a atenção. O movimento não visa apenas denunciar o abuso, mas também exige uma solução eficaz do problema, pois existir um vagão apenas para mulheres, por exemplo, não resolve, só “maquia” a situação.

Em agosto de 2013 veio à tona, através da internet, a pesquisa elaborada pela Jornalista Karin Hueck, como parte da campanha Chega de Fiu Fiu. Foram 7.762 mulheres participantes e 99,6% delas afirmaram que já foram assediadas - um número tão alto que já dá a ideia da gravidade do problema. A Chega de Fiu Fiu foi criada para lutar contra o assédio sexual em locais públicos. (OLGA, 2014)

A agressão sexual não está restrita a nenhum ambiente. No Brasil, em 2012, uma jovem de 22 anos foi agredida a socos e amarrada sem roupas no matagal do Campus do Vale da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Felizmente, o ato não foi consumado, no entanto isso fez com que inicialmente o caso fosse registrado na 21ª Delegacia de Polícia como “roubo à pedestre”.

Pessoalmente, por sermos um grupo formado integralmente por mulheres, não ficamos surpresas ao descobrir que todas nós tínhamos pelo menos uma história para contar relacionada ao assunto. Todas nós, sem exceção, admitimos ter sofrido assédio sexual em algum nível. As opiniões controversas sobre as reações e formas mais adequadas de lidar frente a essas situações, também despertaram nossa curiosidade. Na pesquisa prévia que realizamos pudemos perceber o quanto essa questão ainda é delicada. Portanto, é de enorme

interesse do grupo a construção de outro olhar sobre um tema de grande importância como este e, possivelmente, a contribuição para construção de uma realidade em que poderemos andar nas ruas, transportes públicos, bares e quaisquer ambientes sem medo de sermos assediadas(os).

4 MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Esta pesquisa se configura a partir do método quantitativo com a utilização do instrumento questionário. A aplicação do questionário foi realizada presencialmente e pela internet, utilizando a ferramenta de formulários do *Google Drive*. Desse modo, os questionários aplicados presencialmente foram passados todos para o *Google Drive*, para conseguirmos mensurar os dados posteriormente pelo Excel, evitando incoerências que pudessem comprometer os resultados. O questionário desenvolvido tem 8 questões além das perguntas que envolvem os fatores sociológicos que são divididos, segundo Monique Augras (1970), em fatores econômicos, ecológicos e em grupos. Essas questões servem para distinguir a população possibilitando a análise estatística e/ou quantitativa dos dados, facilitando a divisão em subpopulações (gênero, idade, escolaridade, renda, etc.). Fundamentalmente, a pesquisa de opinião tem o dever de solicitar e receber todo e qualquer tipo de ponto de vista sobre o problema levantado.

As questões elaboradas foram fechadas, onde o entrevistado selecionou uma ou mais opções dentre as alternativas que constam em cada pergunta apresentada. Como esse tipo de questionário obriga o entrevistado a marcar uma das opções, colocamos a alternativa “outros” ao final, dando uma opção de resposta aberta a ele, caso não tivesse encontrado sua resposta entre as alternativas apresentadas.

São utilizadas as escalas Nominal e Ordinal, sendo contempladas, na primeira, respostas independentes que não guardam nenhuma relação ou classificação entre si. E, na segunda, as respostas oferecem alguma ordem entre as categorias de respostas, classificando e ordenando essas respostas.

Nesta pesquisa utilizamos a técnica da amostragem, entretanto não foi realizada de modo proporcional à população total de Porto Alegre devido ao pequeno alcance que tivemos, por conta do tempo estipulado e também por ser um trabalho que visa apenas o exercício acadêmico.

Através da avaliação estatística, conseguimos apreender o estado da opinião sobre o fato questionado. Conforme Novelli (2012), a pesquisa de opinião possibilita a coleta de

vasta quantidade de dados originados de grande número de entrevistados. Além disso, dá maior viabilidade para a realização das análises estatísticas, quando podemos utilizar de variáveis para o cruzamento de questões, como dados sociodemográficos, de atitude, etc. Nesse aspecto, é importante ressaltar que o anonimato dos respondentes foi preservado, pois para responder a pesquisa não era necessário se identificar.

No planejamento desenvolvido para a pesquisa, estipulou-se uma amostra de 200 pessoas, seguindo o que foi orientado pela professora. Entretanto, nossa pesquisa alcançou um público maior: 248 habitantes, divididos entre homens e mulheres, maiores de 18 anos. Desse total, não analisamos 8 respostas, por serem de pessoas que não contemplavam este público.

5 DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

Para a elaboração do questionário realizamos um pré-teste, com o intuito de entender melhor o assunto e também para ajudar na formulação das perguntas. Foram aplicados 20 questionários para o pré-teste: 10 presencialmente e 10 via web. Após a elaboração final, conseguimos obter a resposta de 248 questionários, sendo 188 on-line e 60 pessoalmente. Participaram 160 mulheres e 88 homens. Desse modo, para fins acadêmicos, foi possível fazer as seguintes análises:

A primeira parte do questionário nos permitiu obter os dados sobre o conceito de assédio sexual. Foi possível verificar que 95,4% dos entrevistados (independentemente do gênero, da faixa etária e da escolaridade) consideram assédio sexual quando “ocorre abordagem física na rua ou no transporte público, como aproximação invasiva, “encoxamento” e/ou passar a mão”. 2,51% marcaram a alternativa “outros” e a alternativa de não-resposta obteve o percentual de 0,84%. É interessante relatar aqui que, por mais que não existam muitas diferenças perante as respostas dos públicos feminino e masculino, quatro homens, sendo um com ensino superior completo e o restante com ensino superior incompleto, e uma mulher com ensino superior incompleto, consideram assédio sexual quando uma mulher passa a mão em um homem sem consentimento, mas não consideram assédio sexual quando um homem passa a mão em uma mulher sem consentimento. Sabemos que a amostra desse público é pequena, mas ela existe. Este dado pode vir a ser preocupante se essa pesquisa fosse realizada com uma amostra fiel a população de Porto Alegre e com uma margem de erro baixa, pois isso demonstra com clareza que ainda há o pensamento da superioridade do homem sobre a mulher.

Ao analisarmos as repostas da questão “você já se sentiu assediado(a)?”, a diferença de afirmativas entre os gêneros foi bem considerável. Enquanto no gênero feminino obtivemos 87% de respostas afirmativas, no gênero masculino esse número cai para 50%. Isso mostra que as mulheres se sentem assediadas cerca de 40% mais vezes que os homens, número que revela uma elevada diferença entre os sentimentos dos públicos frente às situações de assédio. Em dados gerais, apenas 23% das pessoas entrevistadas não se sentiram assediadas em qualquer situação.

Quando perguntamos por quais gêneros o público foi assediado (homem, mulher ou ambos), percebemos que 51% das respostas masculinas foram “não sei/não responderei”, demonstrando que o público masculino se sente menos a vontade de falar sobre o assunto. Diferentemente do público feminino, que apenas 13% marcaram essa alternativa, evidenciando que elas sentem-se mais a vontade para responder essa questão. A maioria das mulheres foi mais assediada apenas por homens, chegando ao dado de 64% de afirmativas. Mesmo desconsiderando o critério gênero, 57% do público em geral foi assediado por homens, portanto, pode-se inferir que os homens assediam mais do que as mulheres.

Sobre a frequência de lugares que ocorrem situações de assédio, fizemos o cruzamento dos dados de locais x gêneros, destacando que as mulheres são mais assediadas em locais públicos como festas, bares e shows; rua, praças e shoppings; e, em especial, no transporte público. Já no público masculino, as situações de assédio ocorrem mais vezes em locais de trabalho e outros locais, relatados por eles como academias, estádios de futebol, ou quaisquer locais que envolvam a prática de esportes. Percebemos que as mulheres são mais assediadas em locais públicos em geral do que os homens, com relatos de entrevistadas que foram assediadas inclusive em igrejas. No recorte de faixas etárias, averiguamos que o público de 18 a 29 anos se sente mais assediado em festas, bares e shows; o público de 30 a 39 anos se sente mais assediado em locais públicos no geral; e os públicos de 40 a 49, 50 a 59 e 60 anos ou mais, se sentem mais assediados no ambiente de trabalho.

Quanto às reações, 58,4% das mulheres não reagiram ao assédio, enquanto que esse percentual no público masculino despenca para 16,5% de não reações. 24% das mulheres afirmam ter reagido, sendo que 12% vingaram-se sozinhas; 9% pediram ajuda de pessoas próximas; 5% procuraram ajuda de órgãos responsáveis (RH, diretoria); 4% procuraram a ajuda da Lei; e outros 4% não souberam ou não responderam. O que chama atenção é a porcentagem de 15% para a alternativa “outros”, onde relataram quais atitudes

tomaram, aparecendo com mais frequência a palavra “xinguei”. No gênero masculino, 34% dos homens afirmaram que reagiram, apresentando que 13% deles procuraram ajuda com pessoas próximas; 11% procuraram vingança sozinhos; 11% não souberam ou não responderam; 2,7% procuraram a ajuda dos órgãos responsáveis (RH, diretoria); e mais 11% responderam a opção “outros”, relatando atitudes vinculadas à violência.

É possível perceber que, com os dados obtidos sobre as reações, os homens reagem mais ao assédio do que as mulheres, contrariando o senso comum. Talvez esse dado apresente-se dessa maneira porque muitas mulheres ainda têm medo de reagir, com receio de agressões não somente verbais, mas também físicas, principalmente se o assédio foi cometido por um homem. Mas, separando apenas a faixa etária dos 18 aos 29 anos, percebemos que 91% das mulheres reagem ao assédio, contrapondo os dados apresentados na categoria masculina que tem porcentagem de 87%.

Como reações mais adequadas para se tomar em uma situação de assédio, no público em geral, 67,36% dos entrevistados concordam que dar visibilidade, procurando ajuda na Lei (advogado, delegacia), é a atitude mais correta. 3,35% responderam “outros” e 6,8% foi o índice de não-respostas. Para o gênero feminino, a reação mais adequada é a de dar visibilidade, procurando a ajuda do órgão responsável (RH, diretoria). Já no gênero masculino, a alternativa mais marcada foi a de dar visibilidade, procurando a ajuda da Lei (advogado, delegacia).

Obtivemos resultados esclarecedores, alguns dos quais possuíamos uma ideia pré-formada, mas muitos dados nos surpreenderam e despertaram nossa curiosidade sobre o assunto. Essa pesquisa pode ser utilizada, futuramente, como base para o aprofundamento de outras questões que estão envolvidas no todo do projeto.

6 CONSIDERAÇÕES

A pesquisa realizada trouxe resultados satisfatórios quanto ao seu desenvolvimento e resultados. Os objetivos do projeto, especialmente voltados para a revelação da opinião do público sobre as diversas formas de assédio sexual nos diferentes meios, bem como as reações das pessoas a esse tipo de situação, puderam ser atingidos.

O cruzamento realizado a partir das respostas de ambos os gêneros com as idades e os locais em que estes mais haviam se sentido assediados propiciou um maior entendimento sobre os ambientes onde certos públicos estão mais vulneráveis ao assédio de caráter sexual. Esses cruzamentos também foram necessários para compreender o que o público

pesquisado entende como as melhores formas de reagir e enfrentar uma situação de assédio. Os resultados nos convidam a pensar em estratégias de comunicação mais eficazes para combater e gerenciar essa problemática nos níveis organizacional e social, em curto e longo prazo.

As Relações Públicas trabalham buscando construir laços harmoniosos entre seus públicos. Por vezes, não cabem a elas somente gerenciar as ações de uma instituição, mas também cuidar das pessoas que a constroem. O ser humano não é separado em profissional e pessoal, mas sim é uma estrutura complexa, onde todas as suas facetas afetam umas às outras, tornando-as importantes em qualquer circunstância.

A pesquisa demonstra que é necessário que as empresas proponham medidas para que o assédio sexual não ocorra no ambiente de trabalho, pois é uma situação muito desagradável, que agride a integridade do funcionário. É preciso esclarecer, prevenir e, principalmente, desmistificar o tabu que as organizações têm de dialogar com os seus funcionários. Cabe ao profissional de Relações Públicas propor medidas de comunicação interna, que contenham informações sobre o assunto e, principalmente, de que forma agir quando essas situações ocorrem. Embora seja um tema delicado, é imprescindível que seja abordado, pois caso venha a acontecer, é importante que o funcionário se sinta em um ambiente confortável para relatar e a empresa, assim, pode tentar solucionar o caso da maneira mais adequada, de modo que a vítima não fique em uma situação mais constrangedora ainda. A ocorrência de um assédio sexual não apenas afeta os sentimentos e a produtividade de um colaborador, como também a imagem e a reputação da instituição frente aos seus públicos.

Em última análise, os resultados encontrados podem auxiliar um futuro estudo para tentar conscientizar as pessoas sobre a importância de debater o assédio sexual e compreender os processos que estruturam os aspectos da cultura machista em nossa sociedade, que foi evidenciada na análise dos dados da pesquisa. Estima-se, assim, que propostas para conscientização social são de suma importância e que os dados obtidos com a pesquisa podem contribuir em melhores estratégias e ações mais eficazes para a redução da violência e da intimidação em todos os níveis da sociedade. Esses dados também podem embasar uma futura pesquisa sobre a reprodução do machismo na sociedade e em que níveis ele afeta os problemas sociais, e assim servir como parâmetro para reorientar o processo educacional, social e organizacional como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGRAS, Monique. **Opinião Pública**. Editora Vozes: 1970.

BRASIL. Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. In: **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 mai. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm>. Acesso em: 11 mai. 2014.

CONTRAF. **Assédio moral no trabalho: impactos sobre a saúde dos bancários e sua relação com gênero e raça**. Pernambuco, 2006.

COSTA, Josefa Renata Queiroz. **Tortura silenciosa: O assédio moral sofrido pelas mulheres no ambiente de trabalho**. Santa Cruz do Capibaribe: CESAC, 2010.

MONTERO, Maria Júlia. **Rolezinho contra as encoxadas: se o assédio começar, o apito vai soar**. Disponível em: <<https://marchamulheres.wordpress.com/2014/04/14/rolezinho-contra-as-encoxadas-se-o-assedio-comecar-o-apito-vai-soar/>>. Acesso em: 11 mai 2014.

NOVELLI, Ana Lucia Romero. **Pesquisa de opinião**. In: DUARTE, Jorge e BARROS, Antonio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. São Paulo: Atlas, 2012.

OLGA. **Chega de fiufiu!**. Disponível em: <<http://chegadefiufiu.com.br/>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

_____. **Chega de Fiu Fiu**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/chega-de-fiu-fiu/>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

_____. **Chega de Fiu Fiu: resultado da pesquisa**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

PICHONELLI, Matheus. “Se a mulher se comportasse haveria menos estupros”: Estudo do Ipea mostra que a população não tolera violência doméstica, mas aceita discurso de que a vítima é quem provoca a agressão. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/para-o-brasileiro-se-a-mulher-soubesse-se-comportar-haveria-menos-estupros-2334.html>>. Acesso em: 11 mai. 2014.